

MINUTA DA ATA DA 2ª REUNIÃO
DO
GRUPO DE APOIO AO CODEFAT

Aos quatro (4) dias do mês de novembro de 1992, às 14 hs 30 m, no sexto andar do Bloco “F” da Esplanada dos Ministérios, realizou-se a segunda Reunião do Grupo de Apoio ao CODEFAT, sob a Coordenação do seu Secretário-Executivo, Ricardo Roberto de Araújo Lima. Estiveram presentes os seguintes membros: Joanete Lima de Oliveira de Melo, do BNDES, Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães, da CUT, Paulo Machado, do MPS, Rodolfo Torelly, do MTA, Jorge Higashino, da CNF, Moema Gusmão, Suplente da CGT, Sebastião Cabral, da CNC, Willy Fischer, da Força Sindical. Comparecei ainda, o Coordenador de Modernização e Informática – MTA, Aldino Graef. Aberta a reunião pelo Coordenador foi dado início aos trabalhos conforme os itens constantes da Pauta. ITEM 1 Foi submetida à apreciação dos membros do Grupo a minuta da ata da reunião anterior, tendo a representante do BNDES, Joanete Oliveira solicitado que da mesma constasse as respostas às perguntas do representante da CUT, nela contidas: a 1ª pergunta sobre o Plano Diretor para a implementação do Projeto das DRT e a segunda para que servem as DRT. O Coordenador do Grupo, informou que estas questões não exigem respostas imediatas e que seriam respondidas pelo Departamento Nacional de Emprego, após. O representante do MPS, Sr. Paulo Machado, observou não ter constado em ata a indagação sobre a compatibilização da informatização das DRT com o CNT. O Coordenador, Dr. Ricardo Lima, informou que se pretende fazer uma ata mais enxuta, mas que os assuntos mais importantes teriam que ser anotados. A representante do BNDES pediu para que as atas fossem encaminhadas com antecedência. Todos concordaram com a sugestão. ITEM 2 Parecer DRT – O Dr. Ricardo Lima esclareceu que é difícil separar as áreas em que as DRT atuam. Informou ainda não ver como informatizar somente a área do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial. O Sr. Jorge Higashino disse não estar entendendo o porque do parecer, ao que o Coordenador esclareceu ter decorrido de solicitação do Sr. Willy Fischer, representante dos trabalhadores. Tomando a palavra, o representante dos trabalhadores, disse que havia um compromisso do MTA em abrir as DRT para os trabalhadores, por isso foram favoráveis ao projeto de informatização das DRTs. O Sr. Mário Esteves – representante do BNDES pediu esclarecimentos quanto ao fato de o parecer

não ter sido exarado pela Consultoria Jurídica dp MTA, havendo o Dr. Ricardo Lima justificado com a informação de que o parecer foi elaborado pela assessoria jurídica do Departamento, por uma questão de tempo. Em seguida o representante da CUT, Sr. Ivan Guimarães indagou qual a técnica que seria adotada para acompanhar a licitação em todas as fases. Foi dada a palavra ao Sr. Aldino Graef tendo o mesmo respondido que a licitação foi dividida em três concorrências pela omissão Permanente de Licitação do MTA, e que o referido projeto foi submetido à Consultoria Jurídica a Ciset do Ministério, onde não foi constatada nenhuma irregularidade no processo. O Dr. Ricardo Lima submeteu ao Grupo proposição do representante do BNDES – Mário Esteves – de que fosse solicitada à Consultoria Jurídica um parecer conclusivo sobre a matéria. O Sr. Jorge Higashino novamente questionou a necessidade desse parecer. O Sr. Willy Fischer esclareceu que a Constituição Federal somente permite que os recursos do PUS/PASEP sejam utilizados para a despesas com o Seguro-Desemprego e o Abono Salarial, sendo necessário o Parecer quanto à informatização das DRT, para respaldar o Conselho. O Sr. Jorge Higashino sugeriu que se chamasse grandes empresas para traçar o plano Diretor, sem compromisso, sendo escolhida a que melhor atendesse às necessidades do MTA. Em seguida foi proposto pelo representante da CUT, Sr. Ivan Guimarães a aprovação de um subgrupo para discutir a informatização, por se tratar de um assunto extremamente técnico. O Coordenador do Grupo Dr. Ricardo Lima concordou tanto com a solicitação de um parecer à Consultoria Jurídica, como com a criação do subgrupo técnico, que seria composto por um representante de cada bancada, tendo, na ocasião, solicitado a indicação. O representante do BNDES – Mário Esteves indagou qual seria a função do subgrupo. O representante da CUT – Sr. Ivan Guimarães, respondeu que a função do subgrupo será discutir, fiscalizar e acompanhar o Projeto de informatização, por ser um assunto eminentemente técnico. O representante do BNDES – Mário Esteves – indagou como seriam a operacionalização, a manutenção, os “software”, o treinamento de pessoal, etc., e se estava prevista verba para esse fim. O Coordenador passou a palavra ao Sr. Aldino Graef que esclareceu estar prevista verba para o projeto, e que o mesmo já está em fase de tramitação. O Dr. Ricardo Lima questionou qual a participação do DNE na tramitação do processo, ao que o Sr. Aldino esclareceu que as reuniões foram feitas com a participação de técnicos, de vários departamentos do MTA e de membros da Comissão Permanente de Licitação. O Dr. Ricardo Lima salientou o interesse e a necessidade da Secretaria Executiva e dos Conselheiros participarem dessas decisões. Ainda pelo Coordenador foi levantada uma questão, quanto ao funcionamento do subgrupo técnico. Como se reuniria e com que frequência. O Sr. Ivan Guimarães disse que pelo Regimento Interno cabe à Secretaria

Executiva convocar e providenciar o que for necessário às reuniões, ficando a Secretaria Executiva incumbida das providências cabíveis. ITEM 3 Apresentação da estrutura da Secretaria Executiva do CODEFAT. O Coordenador apresentou a estrutura, expôs a situação atual e justificou a necessidade de ampliar essa estrutura para melhor atender ao Conselho. O Sr. Willy Fischer disse que se sentia frustrado com a proposta apresentada visto que estava aquém de suas expectativas, não estando previsto nada a respeito do FAT. O Dr. Ricardo Lima esclareceu que, em função da Lei nº 7.998/90, são atribuídas ao Ministério do Trabalho as tarefas técnicas e administrativas relativas à Secretaria Executiva do CODEFAT e que o DNE atua como um todo no FAT. Foi sugerido pelo representante da CUT, Sr. Ivan Guimarães que a estrutura fosse maior, mais estável permanente, para não haver uma descontinuidade dos trabalhos. Pela representante do BNDES – Joanete de Melo foi dito que é intenção do BNDES aumentar a sua participação no DNE, através do convênio que prevê a cessão de até 2 técnicos à disposição do Departamento, e que está sendo providenciado a vinda de mais uma outra pessoa. Pelo representante da CNF, Sr. Jorge Higashino, foi dito que todo Conselho se vale da estrutura dos Departamentos e Diretorias que o compõem. Ratificou a proposta da Secretaria Executiva e sugeriu que a estrutura fosse enxuta. O representante da CUT, Sr. Ivan Guimarães sugeriu a criação de um novo grupo, que se chamaria Subgrupo II, para definir a estrutura ideal. O representante do BNDES – Mário Esteves manifestou sua preocupação quanto à criação de novo grupo, temendo esvaziar o Grupo de Apoio. Ponderou o Dr. Ricardo Lima que o subgrupo a ser criado seria temporário, prometendo trazer para a próxima reunião, uma proposta. O subgrupo deverá ser formado por representantes dos trabalhadores, empregadores e governo, o que foi aceito. ITEM 4 Custeio das despesas com a vinda dos representantes do grupo à Brasília. O Coordenador, Dr. Ricardo Lima, informou que o parecer elaborado pelo DNE foi submetido à Ciset/MTA, para manifestação, e que, embora com promessa de entrega para aquela reunião, até o momento não havia chegado, mas sabia-se extra-oficialmente, que a Ciset havia encontrado uma maneira de satisfazer o pleito dos trabalhadores. Prometeu para a próxima reunião o parecer conclusivo da Ciset. Tendo sido esgotados todos os assuntos da Pauta, passou-se então para os assuntos gerais. O representante da CUT, Sr. Ivan Guimarães solicitou a composição do Conselho e do Grupo com nomes e endereços, o que foi feito atendido de imediato pela Secretaria Executiva. Pelo mesmo representante foram solicitados dados quanto à evolução da tarifa do Seguro-Desemprego desde 1990, até a presente data (valor médio da tarifa). O Coordenador comprometeu-se a apresentar na próxima reunião do Grupo o estudo que será elaborado pelo DNE. Em seguida, foram questionados pelo mesmo representante (CUT), os dados

apresentados pela arrecadação do PIS/PASEP em relação aos publicados no boletim da FUNDAP/OUT/92, que apresentam uma diferença de 500 milhões de dólares. Solicitou informações do DNE quanto aos motivos da diferença e se elas são resultantes de demora do Tesouro Nacional em repassar os recursos. O Coordenador Dr. Ricardo Lima prometeu um estudo do DNE para verificar a dúvida suscitada. O representante da Força Sindical, Willy Fischer, manifestou que se sentia constrangido, como membro do CODEFAT, em obter essas informações por um boletim de origem externa solicitou que esses dados fossem fornecidos pela Secretaria Executiva do CODEFAT. Perguntou também como estão sendo elaborados os relatórios, manifestando seu interesse em recebê-los. O Coordenador Dr. Ricardo Lima respondeu que os relatórios são bimestrais comprometendo-se a entregá-los aos Conselheiros, tão logo a Secretaria Executiva os receba. O representante da CNF – Jorge Higashino levantou a questão das tarifas para com a CEF, alegando que cada tarifa deve ser negociada e questionou também a remuneração dos recursos, como estão sendo pagos, se é mediante taxa de mercado. O representante Willy Fischer sugeriu que essas informações sejam levadas aos Conselheiros. Foi solicitado ao representante Jorge Higashino uma análise financeira para negociar com a CEF. O Dr. Ricardo Lima perguntou qual o valor da tarifa do correio, tendo o representante do MTA – Rodolfo Torelly – foi dito que a ECT apresentou proposta para recebimento do requerimento do Seguro-Desemprego no valor de Cr\$ 14.000,00 à preço de setembro/92, enquanto a CEF cobra pela mesma atividade Cr\$ 54.000,00 a preço de outubro/92. A representante do BNDES – Joane de Melo – indagou como seriam as próximas reuniões, sugerindo que fosse incluída na próxima pauta a minuta de Decreto que regulamenta a Lei 7.998, para ser agilizada pelo Grupo. Pela mesma representante foi levantada a questão sobre o CNT, se já está implantado, se já possui algum dado, pois teme uma avalanche no pagamento do abono para 94/95, tendo o BNDES que prever os gastos. O representante da Força Sindical Sr. Willy Fischer indagou se a Secretaria Executiva possui algum estudo sobre a reforma fiscal, ao que o Dr. Ricardo Lima respondeu que o Grupo poderia elaborar proposta e encaminhar à Secretaria Executiva do CODEFAT. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião e, para constar eu, Coordenador, Ricardo Lima determinei que se lavrasse a presente ATA, que será assinada por mim e pelos membros presentes do Grupo de Apoio ao CODEFAT.

RICARDO ROBERTO DE ARAÚJO LIMA

JOANETE DINA DE OLIVEIRA/BNDES

IVAN GONÇALVES GUIMARÃES/CUT

PAULO MACHADO/MPS

RODOLFO PERES TORELLY/MTA

JORGE HIGASHINO/CNF

MOEMA GUSMÃO/SUPLENTE-CGT

SEBASTIÃO CABRAL/CNC

WILLY FISCHER/FORÇA SINDICAL
